

Diferentes facetas, problemas e potencialidades para a psicologia crítica no Brasil: a vida cotidiana da classe trabalhadora

Different facets, problems and potentialities for critical psychology in dealing with the everyday life of the Brazilian working class

Raquel Guzzo, Cristiane Marçal e Larissa Rybka

Pontificia Universidade Católica de Campinas (Brasil)

Resumo. Este texto apresenta alguns aspectos da vida cotidiana de trabalhadores brasileiros e daqueles que buscam os serviços públicos de saúde, educação e assistência social, a partir de uma perspectiva crítica. Psicólogos, educadores, assistentes sociais e médicos, trabalhadores do serviço público, não estão preparados para lidar com os problemas causados pela política implantada pelo estado e que se reflete no cotidiano das escolas públicas e da assistência médica e social à população. O texto está estruturado em três partes: a primeira descreve alguns indicadores que são reveladores da prática profissional, limites e dificuldades daqueles que estão diante do que existe nos serviços públicos – as políticas públicas para lidar com a necessidade da maioria da população. A segunda parte indica problemas e potencialidades para uma agenda profissional nas intervenções públicas e na necessidade de construção teórica e crítica, além de práticas emancipadoras que possam fortalecer os movimentos e as organizações sociais. A terceira discute a importância de integrar ciência, política e prática profissional para construção de uma direção radical para os profissionais da Educação, da Saúde e da Assistência no Brasil.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Psicologia Crítica, Emancipação social e política.

Abstract. This article aims to present some facets of Brazilian everyday life of workers and poor people regarding to Education, Health and Social Assistance from the critical psychology perspective. The purpose is to highlight problems and potentialities for psychology agenda in those practical interventions and to problematize the needs of new theoretical construction, which could sustain effective social movements in direction of social and political emancipation.

Keywords: Public polices, Brazilian Public Services, Critical Psychology, Liberation Psychology.

Introdução

Conhecer e compreender a realidade concreta é uma importante tarefa para que seja possível planejar e intervir nas diferentes frentes de trabalho com vistas à mudança social. Trata-se de um movimento consciente para uma direção conhecida. Pode parecer redundante, no entanto, que, por meio da ideologia vigente, o que se diz sobre o real não seja real. E que, para se compreender o real é preciso uma análise da história trazendo diferentes elementos, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica, que possam contribuir para uma apreensão da totalidade contraditória e transitória, até o quanto for possível.

Este texto procura tornar visível, o tanto quanto for possível, uma parte do real, inacessível, sobretudo, quando a temática envolve as políticas sociais e as políticas públicas de saúde, de assistência e de educação no Brasil – país, onde o discurso oficial, carregado de uma retórica travestida de inovações e avanços, fortalece, cada vez mais, a paralisia e, porque não dizer, o esclerosamento, de um pensamento que poderia nos guiar para uma ação de efetiva mudança. Um debate com este objetivo pressupõe a compreensão de posições filosóficas e políticas, a partir das quais se firmam as relações humanas e sociais. E também um aprofundado detalhamento sobre a gênese e a ontologia da área do conhecimento que propicia o entendimento de seus desdobramentos, trajetórias e perspectivas para a profissão considerando os elementos que afetaram este desenvolvimento (Guzzo, Mezzalira e Moreira, 2012)

Os assuntos humanos, tal como sintetiza Freitas (2005), não são produto de uma auto-organização espontânea em meio a um jogo probabilístico – há intencionalidade. Ao abandonar uma postura determinista para substituir por uma probabilística ainda fica mantido o caráter positivista do entendimento sobre as ações humanas sobre o mundo. Em seu livro denominado *Uma Pós-Modernidade da Libertação*, Freitas argumenta sobre a nossa responsabilidade em construir uma nova tentativa socialista, que defina melhor do que Marx o fez, os contornos da ordem social superadora do capitalismo. A superação da pós-modernidade está implicada com a libertação do ser humano do capitalismo, que aprisiona homens, mulheres e crianças, que explora, que segrega, que se alimenta da injustiça, da desigualdade e da competitividade e das guerras. Para este autor, não é relevante que consigamos definir quanto tempo ainda tem o capitalismo, mas quanto tempo nós ainda conseguiremos suportar. Tal como ele indica, “não precisamos de rotas de fuga – quando o sistema ruir não haverá para onde fugir. Precisamos de rotas de enfrentamento e combate, agora” (p. 107).

É com este objetivo que refletimos aqui sobre as dificuldades e os limites dos profissionais que enfrentam a realidade do trabalho nos serviços públicos de saúde, educação e assistência em contato direto com a pobreza, a exclusão, a opressão e a violência consequentes do capitalismo sobre as pessoas trabalhadoras, que dependem do serviço público para viver. Se a natureza do sofrimento das pessoas é determinada pelo modo como vivem, é preciso uma análise detalhada e abrangente desta realidade – a vida no capitalismo. Chegar às raízes do problema, como afirma Bauman (2009), não é uma solução instantânea, mas é ainda a única que pode apontar para a possibilidade de enfrentamento à crise do capital que incide sobre a vida de todos, mas afeta intensamente aqueles que são pobres.

O capitalismo tardio, característico das sociedades burguesas subdesenvolvidas, tem se mostrado resistente e capaz de se adaptar, dinamicamente, a diferentes crises sem deixar de ser capitalismo. Para Paulo Netto (1981), responder a esta condição é tarefa central de quem se propõe a explicar, ao mesmo tempo, a manutenção funcional do capitalismo e os efetivos indícios de contenção de sua ruptura nos limites de sua periferia – nos “elos mais fracos da corrente” (p. 16). A resposta a esta indagação só pode ser possível se vincula, organicamente, a pesquisa teórica com a ação prático-social. Para este autor, com o qual concordamos, é preciso entender a relação entre o capitalismo e a reificação das relações sociais (a problemática da alienação e do fetichismo), que engendra a resistência histórica deste sistema, apesar da crítica teórica anunciar sua falência global.

Distante da prática, importantes elementos fundamentais para esta análise escapam e comprometem seu resultado final. Ao mesmo tempo, sem uma teoria, a prática é engolida para uma ação desprovida de sentido e causadora de desesperança e sofrimento para a classe trabalhadora. E, neste cenário, as políticas sociais públicas aparecem e assumem um papel especial na esperança de que algo possa mudar, fomentando o caráter alienado desta transformação. É preciso que se tenha claro, ao buscarmos discutir o papel das políticas sociais, que elas são limitadas e agem em conjunto com a determinante política econômica.

Políticas Sociais e econômicas, produção e reprodução social: bases para uma reflexão.

As políticas sociais se anunciam como instrumentos de mediação entre classes sociais distintas, como rotas de escape para a dominação econômica que instaura um cotidiano desigual, injusto e esgota qualquer possibilidade de mudança, principalmente, por meio do exercício profissional, mesmo que comprometido e competente. É necessário aqui tornar clara a diferença que consideramos sobre políticas sociais e políticas públicas. Políticas públicas são ações estatais planejadas para solucionar relevantes questões sociais. De acordo com Hoffling (2001) e Augusto (1989) estas intervenções são decididas na relação do estado com as políticas sociais estabelecidas em uma sociedade específica e um determinado período histórico. Assim, as políticas públicas são programas implementados por um específico programa de governo. Políticas sociais estão, portanto, relacionadas às dimensões da vida social, tais como educação, saúde, moradia, segurança, assistência etc, com as quais, qualquer governo deve se preparar para lidar dentro de um modelo específico de estado. Todas estas dimensões (políticas sociais) são referidas a ações (políticas públicas) implementadas pelo estado para redistribuir benefícios diminuindo desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico, sobretudo em um modelo de sociedade capitalista. Entretanto, é importante distinguir entre os aspectos econômicos e sociais da ação governamental, apontando de maneira crítica as contradições e tensões presentes na implementação das políticas sociais.

No entanto, é sobre esta tensão que se pretende discorrer aqui – a tensão entre capital e trabalho, entre estado e sociedade, entre saúde/bem estar e doença e aprisionamento sob diferentes formas. Anunciamos aqui algumas importantes bases para nossa reflexão.

A primeira, refere-se ao conceito marxista de praxis, sistematizado por Janousek (1972). Consideramos que a civilização é produção histórica humana e por isso, é possível mudá-la pela ação também humana. No entanto, a complexidade da mudança depende da

